



MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE, REALIZADA NO DIA 18 DE JANEIRO DE 2017.

Nº. 2/2017

Estiveram presentes para o efeito os eleitos: Francisco José Caldeira Duarte, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, e António João Fernandes Colaço, António José Rosa de Brito, Paulo Jorge do Maria do Nascimento e Carlos Alberto Camacho Guerreiro Pereira, na qualidade de Vereadores.

Conforme pedido apresentado pelo Sr. Vereador Carlos Alberto Camacho Pereira, foi justificada a sua falta à reunião anterior.

ABERTURA DOS TRABALHOS

Dada a existência de quórum foi, pelo Sr. Presidente, declarada aberta a reunião pelas 14,50 horas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Apresentou o Sr. Vereador António José de Brito a seguinte proposta de voto de pesar pelo falecimento do Dr. Mário Soares, tendo a mesma sido subscrita por todo o executivo municipal e aprovada por unanimidade:

“Mário Alberto Nobre Lopes Soares foi um notável lutador pela Liberdade e pela Democracia, ficando eternamente ligado ao 25 de Abril de 1974 e ao Século XX português.

Fundador do Partido Socialista, Mário Soares destacou-se na política nacional e internacional, afirmando-se como combatente do fascismo e grande estadista que pugnou pelos ideais republicanos da Solidariedade, da Fraternidade e da Igualdade.

Como primeiro-ministro, Soares travou a luta da estabilização económica do País e pela concretização do desígnio estratégico de integração de Portugal na então CEE, hoje União Europeia. Foi com os Governos de Mário Soares que se deram passos importantes na construção do nosso Estado Social, de que se destaca a criação do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Inesquecível Presidente da República portuguesa, Mário Soares foi sempre um expoente da tolerância e da liberdade. Um homem corajoso e convicto, lutador cívico e político eleito pelo povo ao serviço do povo, que merece reconhecimento e gratidão por todo o legado que nos transmitiu. Reunida a 18 de Janeiro de 2017, a Câmara Municipal de Castro Verde aprova este **VOTO DE PESAR**, apresenta sentidas condolências e expressa à família e ao Partido Socialista o seu profundo pesar pelo desaparecimento de Mário Soares.”

A seguir questionou o mesmo Vereador as respostas às propostas que colocou, já há algum tempo, nomeadamente quanto à criação de um serviço de transporte, às 4^{as}. feiras, para os alunos de S. Marcos da Ataboeira que não têm aulas no período da tarde; do aumento do apoio financeiro à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, assim como da criação do cartão municipal do bombeiro.

Questionou igualmente a resposta à recomendação da Assembleia Municipal por parte da bancada do Partido Socialista no sentido de assegurar gratuitamente um transporte coletivo de Castro Verde para a Funcheira (e inversamente) aos alunos que frequentam estabelecimentos de ensino superior em Lisboa e Faro e que utilizam o transporte ferroviário a partir daquela estação.

O Sr. Presidente da Câmara pediu desculpa por não ter tido ainda oportunidade para responder por escrito ao solicitado, contudo adiantou que o montante do subsídio aos Bombeiros se irá manter inalterado, pelo menos até à realização de uma reunião com a respetiva Direção, e quanto à criação do cartão municipal do bombeiro a decisão carece de uma análise mais alargada quanto às formas de promoção do voluntariado.

Quanto ao transporte dos alunos de São Marcos informou que se trata de uma situação que precisa de ser avaliada mais profundamente.

A seguir interveio o Sr. Vereador Paulo Nascimento informando as iniciativas a levar a efeito, a exemplo do ano anterior, no âmbito da Feira de S. Sebastião, a realizar no próximo dia 20 de Janeiro, nomeadamente que os restaurantes aderentes vão ter nas suas ementas, alguns pratos, entradas ou saladas, confeccionados com o denominado “pau roxo”.

Informou igualmente que estava em curso a elaboração do programa “Entrudanças” a levar a efeito, a exemplo do ano anterior, em parceria com a Associação “Pédexumbo”.

ORDEM DO DIA

- **Aprovação da ata da reunião anterior:**

Atendendo a que foi distribuída, previamente, a todos os presentes, cópia da ata da reunião anterior, foi dispensada a sua leitura, pelo que o Sr. Presidente colocou-a à consideração dos restantes membros e, não havendo qualquer proposta de alteração, submeteu-a a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Não participaram na votação o Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Vereador Carlos Pereira, por não terem estado presentes na reunião em causa.

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

1. - Informações:

Tomou a Câmara conhecimento da declaração, emitida pelo Chefe da Divisão de Administração e Finanças, para os efeitos do disposto no art.º 15º da Lei nº. 8/2012, de 21 de Fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº. 22/2015, de 17 de março, em que declara que:

- a) Todos os cabimentos e compromissos existentes à data de 31 de dezembro de 2016, encontram-se devidamente registados nos nossos programas informáticos, Sistema de Gestão de Stocks - GES e Sistema de Contabilidade Autárquica - SCA;
- b) Junta em anexo, o mapa dos recebimentos em atraso, à data de 31 de dezembro de 2016, num total de 50.346,49 €.
- c) Não existem pagamentos em atraso.

Tomou a Câmara igual conhecimento da relação dos benefícios concedidos durante o ano de 2016, tornado público através do edital nº.2/2017, de 4 de Janeiro, dando assim cumprimento ao disposto na Lei nº. 64/2013, de 12 de agosto.

2. - Expediente:

Tomou a Câmara conhecimento do seguinte expediente:

- “E-mail da Diretora Geral das Autarquias Locais, Lucília Ferra, comunicando a cessão das respetivas funções e agradecendo o apoio prestado no âmbito das mesmas.
- Nota de imprensa da campanha “Água de Todos” condenando fortemente a rejeição da iniciativa legislativa de cidadãos “Proteção dos direitos individuais e comuns à água”
- Pergunta feita pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista, na Assembleia da República, acerca do funcionamento dos Serviços e Urgência Básica de Castro Verde.
- Declaração de voto do Deputado Pedro do Carmo, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista acerca das comemorações dos 40 anos sobre a realização das primeiras eleições livres para as Autarquias Locais.
- Deliberação da Câmara Municipal de Ourém exigindo a revogação da Portaria que fixa as taxas a cobrar nas serventias de passagem e acesso a propriedades agrícolas a estradas nacionais e regionais.
- “E-mail” da Autoridade Nacional Distrital de Beja enviando ficheiro referente ao registo de ocorrências no concelho de Castro Verde no ano de 2016.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1. Transferências correntes e de capital a transferir, para as Juntas de Freguesias, coletividades, associações do concelho, ao abrigo dos protocolos celebrados com as mesmas, e ainda outras entidades em que a Autarquia é associada:

Apreciou a Câmara e aprovou por unanimidade e nominalmente a seguinte proposta:

“Considerando que estão incluídos nos documentos previsionais do Município para 2017, mais concretamente nas Ações Mais Relevantes e Orçamento, um conjunto de apoios a entidades que prosseguem atividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa e educação;

Considerando que todas estas atividades estão dentro das atribuições da Autarquia, cf. o disposto no art.º 23º/2, do Anexo I, à Lei nº.75/2013, de 12 de Setembro;

Considerando que é necessário fazermos o acompanhamento destes apoios, dado que estes são pagos com dinheiros públicos;

Assim, e face ao exposto, no uso da competência que lhes confere o art.º 33º/1-u), do Anexo I, à Lei nº.75/2013, de 12 de setembro, tendo em vista o processamento destas despesas proponho a V. Ex^{as}.

- a) A aprovação dos apoios e respetivos montantes às entidades constantes do documento anexo;
- b) Para todos estes apoios constantes da relação, sejam revistos quando for caso disso, os Contratos Programa ou Protocolos, donde constem os direitos e as obrigações das partes beneficiárias, constando ainda do mesmo documento uma cláusula, onde todas as entidades fiquem obrigadas a apresentar no final de cada ano civil, o relatório e contas da sua atividade, como forma de aferirmos a boa gestão destes donativos enquanto dinheiros públicos;
- c) Que após receção do Relatório de Atividades, estes sejam analisados pelos técnicos das áreas que acompanham as várias atividades, e presentes à Câmara Municipal, sendo posteriormente enviados para o Sector Financeiro e arquivados junto às Ordens de Pagamento onde constem esses apoios.

Fica anexo à presente ata o documento que integra a proposta, dando-se por isso como aqui integralmente transcrito.

2. - Proposta de deliberação para alteração do relevo natural da zona norte do Parque Desportivo Municipal, em Castro Verde:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta elaborada pelo Sr. Vereador, António João Colaço, sobre o assunto em título:

“Considerando a necessidade de reutilização/deposição de solos e rochas que não contenham substâncias perigosas provenientes de atividades de construção;

Considerando que estas podem ser reutilizadas no trabalho de origem de construção, reconstrução, ampliação, alteração, reparação, conservação, reabilitação, limpeza e restauro, bem como em qualquer outro trabalho de origem que envolva um processo construtivo;

Considerando que os solos e as rochas que não sejam reutilizados na respetiva obra podem sê-lo na recuperação de outra obra, na recuperação ambiental e paisagística de explorações mineiras e de pedreiras, na cobertura de aterros destinados a resíduos;

Considerando que as ações de aterro ou escavação que conduzam à alteração do relevo natural e das camadas do solo arável, para tal é necessário encontrar um local licenciado pela Câmara Municipal;

Assim face ao exposto, proponho que a Câmara Municipal delibere que parte do prédio sito nas traseiras do Parque Desportivo, numa extensão de 33.000 m², possa sofrer alteração no seu relevo com a deposição de materiais, cf. doc. anexo I.”

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, autorizar a alteração do relevo natural da parcela de terreno em causa, conforme proposto pelo Sr. Vereador António João Colaço.

3. - Emissão de pareceres prévios para a celebração e renovação de contratos de aquisição de serviços:

Apreciou a Câmara a informação/proposta nº. 42, do Gabinete de Planeamento e Gestão de Contratos, que a seguir se transcreve:

Considerando o disposto o nº. 5 do art.º 49º., da Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para 2017, adiante designado por (LOE), que aponta para a obrigatoriedade da existência de parecer prévio vinculativo do Órgão Executivo, nas celebrações de contratos de aquisição de serviços, considerados ou não essenciais, independentemente do valor da adjudicação.

Considerando a obrigação prevista no número anterior segue em anexo o pedido de parecer com os requisitos cumulativos que devem instruir o pedido de parecer.

Neste sentido, solicito a V.Ex.^a, parecer prévio favorável para a celebração e renovação dos seguintes contratos de aquisição de serviços, por ajuste direto (regime geral):

Celebração de contratos:

- Consultadoria especializada – Elaboração da candidatura “Plano Municipal de Combate ao Insucesso Escolar”, pelo preço base 13.600,00 €.
- Reparação e manutenção de veículo pesado de recolha de lixo, pelo preço base de 13.500,00 €.
- Reparação e manutenção de vários veículos da frota automóvel da Câmara Municipal, pelo preço base de 14.000,00 €.

Renovação:

- Colheita e apresentação de resultados de análises clínicas, no âmbito da medicina do trabalho, com o LACLIBE – Laboratório de Análises Clínicas de Bejas Ld.^a, pelo valor de 18.89 € / conjunto de análises até ao montante de 7.200,00 €/ano.
- Na área da segurança e higiene do trabalho, com a Ação Continua – Saúde e Prevenção, Unipessoal Ld.^a, pelo valor de 5.580,00 €/ano.
- Na área da medicina do trabalho, com H2ST Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho Ld.^a, pelo valor de 600,00 € até ao montante de 10.000,00 €/ano.
- De impressão de material informático e promocional das atividades promovidas ou apoiadas pela Autarquia, com Arnaldo Matos Pereira Ld.^a, pelo valor de 0,76 €, até ao limite de 14,000,00 €/ano – 0,49 € até ao limite de 10,000,900 e/ano.
- Manutenção, assistência técnica para sistema de AVAC, Incêndios e instrução para vários edifícios municipais, com CISEC – Soluções Técnicas de Engenharia e Serviços SA, pelo valor de 16.471,56 €

Apreciado o assunto, a Câmara, no uso da competência prevista no artigo 49º5º e 12º da Lei nº.42/2016, de 28 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2017), deliberou, por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores António José de Brito e Carlos Alberto Camacho Pereira, emitir pareceres prévios favoráveis para a celebração e renovação dos contratos de aquisição de serviços em causa, nos termos acima descritos.

5. - Ratificação da emissão de licenças especiais de ruído:

Submeteu o Sr. Presidente a ratificação da Câmara os atos de decisão que tomou relativamente às licenças especiais de ruído que concedeu, nos termos do art.º 15º do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei nº.9/2007, de 17 de Janeiro, com as alterações introduzidas, a Fernando Manuel Ramos Estação, para realização de jantar de passagem de ano com animação musical, na Albergaria “A Esteva”, sita na Rua das Orquídeas, em Castro Verde, das 20 horas do dia 31/12 até às 6 horas do dia 1/1/17; a Fernando Martins da Silva, para realização de bailes, na Sociedade Recreativa e Filarmónica 1º. de Janeiro, na Rua Morais Sarmento, em Castro Verde, das 22 horas às 3 horas, nos dias 7/1 a 4/2/2017, em cada dia que pretendam realizar o evento; de Marco Gabriel Graça Constantino, para a realização de música ao vivo, no Café Pastelaria 7ª. Arte, sito na Rua Fialho de Almeida, em Castro Verde, das 23 horas do dia 13/1 até às 2 horas do 10/2/2017, em cada dia que pretendam realizar o evento.

A Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente ratificar os atos de decisão em causa relativamente à concessão das referidas licenças especiais de ruído.

DIVISÃO DE OBRAS E GESTÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL

Obras particulares - Outros:

1. - Legalização de construção de moradia:

– Deliberação final sobre o respetivo processo de obras:

Apreciou a Câmara o pedido de legalização da construção de uma moradia unifamiliar e edifício destinado a fins agrícolas, na Horta da Ameixeira, sitos na União de Freguesias de Castro Verde e Casével, requerido por Maria Lídia Agostinho Militão Guerreiro, tendo, em face do parecer do Gabinete de Gestão Urbanística, deliberado, por unanimidade e nominalmente, deferir o solicitado para efeitos de deliberação final sobre o mesmo e consequente legalização.

2.- Projeto de arquitetura:

Apreciou a Câmara o projeto de arquitetura apresentado por Ângela Isabel Gonçalves Lourenço, para construção de uma moradia unifamiliar na Rua Almeida Garrett nº.24, em Castro Verde, tendo, em face do parecer do Gabinete de Gestão Urbanística, deliberado, por unanimidade e nominalmente, aprová-lo.

3. - Comunicação prévia, nos termos do nº.4 do art.º 4º do Decreto-Lei nº. 555/99, de 16/12, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº. 136/2014, de 9 de Setembro:

Tomou a Câmara conhecimento da comunicação prévia apresentada nos termos da legislação acima referida, sobre o licenciamento de obras requerido por José Manuel Madeira Canário para alteração de fachada, com abertura de vãos e ampliação, em altura, do muro do seu edifício sito no Largo da Feira nº.7, em Castro Verde.

DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

1. - Protocolo de colaboração com associações desportivas:

Apreciou a Câmara as propostas de atualização dos protocolos de colaboração a celebrar com: o Futebol Clube Castrense; o Futebol Clube de São Marcos da Ataboeira; a Casa do Benfica, em

Castro Verde, o Núcleo do Sporting de Castro Verde; a Associação Jiu Jitsu Brasileiro em Castro Verde; e com a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Castro Verde e Casével e a Associação 100 Trilhos, formuladas pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento, tendo deliberado, por unanimidade e nominalmente, aprová-las, cujas minutas se anexam à presente ata dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritas.

Não participou na apreciação e votação do protocolo de colaboração a celebrar com o Futebol Clube Castrense, o Sr. Vereador Carlos Alberto Camacho Pereira por fazer parte dos órgãos sociais da mesma agremiação desportiva.

2.- Ação Social Escolar - Auxílios Económicos 2016/2017

Apreciou a Câmara a seguinte proposta, apresentada pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento:

Em conformidade com a Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, nomeadamente no que se refere às competências da Câmara Municipal, entre as quais, a de “Deliberar no domínio de ação social escolar, designadamente, no que respeita à alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a Estudantes”, artº33, n.º1. alínea h), e em complementaridade com o Regulamento Municipal de Ação Social Escolar, aprovado em 22 de novembro pela Assembleia Municipal, que contempla respostas de apoio económico no âmbito local, direcionadas aos alunos do Jardim de Infância na alimentação e aos alunos do 1.º ciclo na alimentação, manuais escolares, livros escolares e material escolar.

Em consonância com as disposições legais supra referenciadas e atendendo ao Despacho n.º 8452-A/2015 de 31 de julho de 2015, que menciona o apoio aos alunos do 1.º CEB no que respeita à comparticipação mínima, em matéria de alimentação, livros e material escolar, de acordo com o escalão de abono de família e ainda, considerando o artº 127 da LOE 2016 que refere a “gratuidade dos manuais escolares no 1º ano do 1º ciclo do ensino básico, aos alunos beneficiários de ação social escolar que no ano letivo 2016/17 irão frequentar o grau de ensino em questão”, mas onde não estão incluídos os livros escolares de fichas.

Nos termos do Regulamento Escolar de Ação Social Escolar, e uma vez que os livros escolares de fichas não são distribuídos gratuitamente aos alunos do 1º ano do 1º Ciclo do Ensino Básico, propõe-se que os mesmos sejam financiados de acordo com os respetivos escalões.

No que respeita à comparticipação mínima, em matéria de alimentação, livros e manuais escolares (para o 1º ano do 1º CEB só as fichas) e material escolar, e de acordo com o escalão de abono de família, foram analisadas as candidaturas referentes aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico que frequentam as escolas do concelho.

Assim, propõe-se a atribuição de Ação Social Escolar, Auxílios Económicos 2016/17, conforme informação anexa, e nos termos da alínea b) do artigo 1º. do Acordo de Cooperação com as Juntas de Freguesia, a transferência da verba correspondente aos apoios dos alunos dos Centros Escolares da sua área territorial “

A Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente, atribuir os auxílios económicos escolares conforme proposto pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento.

Ficam anexos à presente ata, os mapas discriminativos dos auxílios económicos a conceder, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritos.

3. - Prorrogação do valor de cálculo de capitação do cartão social:

Foi presente a informação nº. 37 da Divisão da Ação Social, Educação, Cultura e Desporto, sobre o assunto em título, que a seguir se transcreve:

“O Município aprovou em 18 de Fevereiro/2009, algumas medidas anticrise introduzidas como forma de combate à pobreza. Neste âmbito foram aprovadas algumas medidas, nomeadamente referentes à atribuição/alargamento do Cartão Social, incutindo desta forma algumas alterações. O documento/proposta faz referência ao ano 2009, tendo sido prorrogado nos anos seguintes. Desta forma para o cálculo da Capitação do Cartão Social, passou a ser considerado o valor dos Indexantes aos Apoios Sociais: escalão A - 421,32 e para o escalão B -1.2 de 421,32 de acordo com o artigo 2.º da portaria n.º 3/2017.

Mais se informa, que em termos de capitação, quando os rendimentos do agregado familiar são instáveis, os processos serão analisados com base nos rendimentos dos últimos 3 meses que antecedem ao pedido do Cartão Social e quando os rendimentos do agregado familiar são estáveis, calcula-se a capitação com base nos rendimentos anuais ilíquidos.

Desta forma solicita-se a V. Exª que se pronuncie sobre o assunto, visto que é necessário clarificar o suporte legal a aplicar na análise dos processos de Cartão Social.”

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, prorrogar no ano em curso o valor do cálculo da capitação para atribuição do cartão social conforme informação do Gabinete de Ação Social, acima descrita.

APROVAÇÃO EM MINUTA

Desta reunião se lavrou minuta, a qual foi aprovada por unanimidade pela Câmara para que produzam efeitos imediatos as respetivas deliberações.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião pelas 15,50 horas, da qual se lavrou a presente ata e submetida a votação foi aprovada e assinada por todos os membros presentes, assim como pelo Coordenador Técnico da Secção Administrativa, Fernando Colaço Sebastião, nos termos do nº 2 do artigo 57º da Lei nº. 75/2013, de 18 de Setembro.